

## CCJR analisa 21 proposições e três vetos do Executivo



Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) passam todos os projetos que são apreciados pela Assembleia Legislativa, tanto os que são de autoria dos deputados como do Executivo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. Nela é analisado o aspecto legal das propostas, se atendem as determinações constitucionais e se sua redação é condizente com o assunto. O parecer desta comissão vai ao plenário para a votação. Se aprovado, o projeto é encaminhado à comissão específica que vai analisá-lo no mérito. Na sua última reunião, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou 17 projetos. Outras quatro proposições receberam parecer contrário. Com relação aos vetos do Poder Executivo, três foram mantidos e dois rejeitados.

[LEIA MAIS >>](#)

## Assembleia e Senado renovam termo para FM e TV digital abertas



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul vai estar ainda mais próxima de todos, nas cidades e no campo. A assinatura com o Senado Federal do termo aditivo ao Protocolo de Intenções 007/2012 prevê a adoção de ações conjuntas para a transmissão da TV Senado e da TV Assembleia, por meio do canal 34 aberto e digital. Atualmente a TV Assembleia vai ao ar pelo canal 9 fechado (NET). O protocolo de intenções assinado em julho de 2012 tem vigência de cinco anos. O presidente da ALMS, Junior Mochi (PMDB), disse que a parceria deve possibilitar que a TV Assembleia chegue aos municípios de Mato Grosso do Sul em rede aberta.

[LEIA MAIS >>](#)

## Ato da Mesa Diretora prorroga trabalhos da CPI dos Combustíveis



Foram prorrogados por 60 dias, a contar desta quinta-feira (31/3), os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Ato 11/15 para apurar eventuais irregularidades nos preços praticados na distribuição e

comercialização de combustíveis em Mato Grosso do Sul. O prazo se encerraria no final deste mês. A prorrogação foi oficializada pelo Ato 2/16 da Mesa Diretora, assinado pelo presidente Junior Mochi (PMDB) e publicado na edição de hoje do Diário Oficial da Assembleia Legislativa. A solicitação foi apresentada durante a sessão ordinária do dia 23 de março, pelo então presidente da CPI, José Carlos Barbosinha (PSB). Segundo ele, a comissão ainda aguarda documentos importantes. "Após a chegada desses documentos, ainda precisaremos realizar as análises e convocar mais pessoas para depor, por isso a prorrogação se faz necessária", explicou Barbosinha na ocasião.

[LEIA MAIS >>](#)

[CLIQUE AQUI PARA MAIS INFORMAÇÕES: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS E TV ASSEMBLEIA](#)

ACOMPANHE A AÇÃO PARLAMENTAR



Clique Aqui

## PLENÁRIO Semana de 29 a 31/03/2016

### Projetos Apresentados

**Projeto de Lei nº 54/16**, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre a concessão de abonos aos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

**Projeto de Lei nº 55/16**, de autoria do deputado Angelo Guerreiro (PSDB), que dispõe sobre a fixação de cartaz nos estabelecimentos que comercializam carne bovina, especificando ao consumidor se é de animais criados em confinamento.

**Projeto de Lei nº 56/16**, de autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), que denomina Anízio de Emílio a Rodovia MS-347.

**Projeto de Lei nº 57/16**, de autoria do deputado José Carlos Barbosinha (PSB), que denomina Vereador Moacir Djalma Barros a Escola Estadual em construção no Residencial Harrison de Figueiredo no município de Dourados.

**Emenda Substitutiva Integral nº 01/16**, de autoria do deputado Marcio Fernandes (PMDB), que institui o "Dia do Profissional de Defesa Sanitária Agropecuária" no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Emenda Constitucional nº 03/16, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao § 2º do art. 82 da Constituição do Estado.

**Projeto de Lei Complementar nº 04/16**, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o disposto no § 2º do art. 82 da Constituição Estadual; dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, e sobre a organização da Carreira Auditoria, integrante do Grupo ocupacional Auditoria, do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo do Estado, e dá outras providências.

### Projetos Aprovados em primeira discussão

**Projeto de Lei nº 315/15**, de autoria do Poder Judiciário, que atualiza os valores constantes do anexo da Lei nº 3.687, de 9 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Projeto de Lei nº 246/15**, de autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), que autoriza ao Poder Público a instituir na Rede Pública Estadual de Ensino atividades de Psicomotricidade Relacional.

### Projetos Aprovados em segunda discussão

**Projeto de Lei nº 40/16**, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que prorroga a vigência e altera os artigos 2º e 6º da Lei nº 4.657/2015, de 23 de abril de 2015.

**Projeto de Lei nº 19/16**, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) a doar, com encargo, ao Município de Brasilândia-MS, os imóveis que especifica, e dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 54/16**, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre a concessão de abonos aos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

### Projetos Aprovados em discussão única

**Projeto de Resolução nº 03/16**, assinado pela Mesa Diretora, que concede licença, a partir de 1º de abril de 2016, nos termos do art. 81, do Regimento Interno, ao deputado José Carlos Barbosinha (PSB), para exercer função de Secretário de Estado.

**Projeto de Lei nº 311/15**, de autoria do deputado Lidio Lopes (PEN), que declara Utilidade Pública Estadual a Associação ATO - Amparar, Transformar e Orientar, de Assistência Social.